



Gestão
ambiental
verificada
PT-000082

DECLARAÇÃO AMBIENTAL

UNIDADE INDUSTRIAL DE POMBAL

2017

1ª Atualização



sumol+compal

É da nossa natureza.

car

ÍNDICE

1. Nota	3
2. SUMOL+COMPAL	5
2.1 O Grupo	6
2.2 A Nossa Visão e Winning Aspiration	9
2.3 As Nossas Partes Interessadas e Compromissos	10
2.4 Os Nossos Valores	11
2.5 Unidade Industrial de Pombal	12
3. Sistema de Gestão Ambiental	17
3.1 Política Ambiental	18
3.2 Modelo de Gestão	19
3.3 Comunicação	21
4. Aspetos e Impactes Ambientais	22
5. Requisitos Legais Ambientais	26
6. Desempenho Ambiental	31
6.1 Introdução	32
6.2 Indicadores Ambientais	33
6.3 Objetivos e Metas	36
6.4 Outros Indicadores Principais de Desempenho	37
6.5 Balanço Ambiental	43
6.6 Objetivos e Metas para 2017	44
7. Abreviaturas e Glossário	45
8. Contactos	48
9. Declaração do Verificador Ambiental	50

NOTA INTRODUTÓRIA

01



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SUMOL+COMPAL Marcas, S.A. – Unidade Industrial de Pombal, dedicada à fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, publica no presente documento a sua Declaração Ambiental, ano de 2017, no âmbito do registo no sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 (EMAS III).

Esta Declaração Ambiental foi elaborada observando os requisitos constantes do mesmo e as alterações introduzidas nos anexos I, II e III pelo Regulamento (UE) 2017/1505 de 28 de agosto de 2017, bem como do novo guia do utilizador EMAS adotado pela Decisão (UE) 2017/2285 de 6 de dezembro de 2017 e as orientações publicadas sobre esta matéria pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Emitida para divulgar às partes interessadas o sistema de gestão ambiental da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A. – Unidade Industrial de Pombal, esta declaração contempla, entre outros, a apresentação da política ambiental, a indicação dos aspetos e impactes ambientais significativos, bem como de outros considerados relevantes, e a publicitação do desempenho ambiental respeitante ao ano de 2017.

Nesta divulgação, consideram-se igualmente os compromissos ambientais do ciclo de planeamento de 2017 e o reporte dos dados ambientais do período compreendido entre 2014 e 2017, procurando refletir o empenho da organização na tomada de medidas e decisões em prol do ambiente.

Como reconhecimento de um desempenho ambiental de excelência e transparência, a Unidade Industrial de Pombal obteve, em 2008, o registo no EMAS que é, sem dúvida, um marco importante, de que nos orgulhamos particularmente, uma vez que esta Unidade Industrial foi a primeira em Portugal, dentro do seu ramo, a obter este reconhecimento de desempenho ambiental.

O âmbito do registo da nossa organização no EMAS é o seguinte: Produção de bebidas na Fábrica de Pombal



SUMOL+COMPAL

02



2. SUMOL+COMPAL

2.1 O Grupo

A SUMOL+COMPAL é uma empresa com espírito jovem que nasceu em 1945 e resultou da integração de duas empresas, cada uma com cerca de 60 anos de história recheada de sucessos e detentoras de duas marcas emblemáticas portuguesas: a Sumol e a Compal. Temos muito orgulho nas nossas origens!





sumol+compal

A SUMOL+COMPAL é líder no mercado de bebidas não alcoólicas em Portugal.

As marcas principais são COMPAL e SUMOL, mas apresenta um portefólio completo de mais de vinte marcas das quais se podem destacar: B!, GATORADE, UM BONGO, FRIZE, ÁGUA SERRA DA ESTRELA e GUD, e as marcas representadas PEPSI, SEVENUP, GUARANÁ ANTARCTICA, LIPTON ICE TEA.

Os nossos produtos – águas, sumos, refrigerantes, néctares, bebidas energéticas, vegetais e derivados de tomate – são fruto de uma aposta cada vez mais presente na nossa gestão.

São sabores que nos dão prazer e orgulho em partilhar. É da nossa natureza darmos a beber o melhor sabor e o mais refrescante.

A SUMOL+COMPAL está presente em mais de setenta países do mundo e, como FRUTO da sua continuada aposta e investimento, o negócio continua a crescer nos mercados internacionais.

Em Portugal detém uma carteira relevante e alargada de clientes, com cobertura garantida pela maior rede de vendas direta do seu setor de atividade, complementada por uma rede de distribuidores.



A SUMOL+COMPAL tem em funcionamento 6 unidades industriais. Em Portugal tem em funcionamento quatro unidades industriais, sendo assim uma das maiores operações de bebidas em território nacional. Além fronteiras tem uma unidade industrial em Boane, Moçambique e uma unidade Industrial em Bom Jesus, Angola.



Fábrica Almeirim - Nutrição, Néctares, Refrigerantes



Fábrica Gouveia - Água de Nascente



Fábrica Moçambique - Sumos e Néctares



Fábrica Pombal - Refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas



Fábrica Vila Flor - Água mineral gaseificada e refrigerantes



Fábrica Angola - Sumos e Néctares

Dispõe também de uma rede de distribuição com 1 centro de distribuição central (Leiria), 3 centros de distribuição regionais (Póvoa de Varzim, Carnaxide, Faro), 4 Armazéns de fábrica (Almeirim, Pombal, Gouveia e Vila Flor) e 2 Armazéns de cross-docking (Évora, Esmoriz).



No final de 2017 a SUMOL+COMPAL contava com 1594 colaboradores, em Portugal, Moçambique, Angola, França e Suíça. Na SUMOL+COMPAL somos mais do que a soma das partes: somos a união dos colaboradores e da empresa, das fábricas com os fornecedores e das marcas com milhões de consumidores.

2. SUMOL+COMPAL

2.2 A nossa Visão e Winning Aspiration

VISÃO

Os frutos, os vegetais e a água inspiram-nos como fontes incontornáveis de nutrição, hidratação, saúde e prazer.

Ambicionamos seduzir os consumidores pelos sabores excelentes e pelas marcas únicas que desenvolvemos com ciência e arte.

Orgulhamo-nos de contribuir diariamente para o bem-estar dos consumidores e para um mundo mais sustentável.



WINNING aspiration

Ser uma empresa de referência internacional em bebidas de frutos e de vegetais;

Liderar os mercados de bebidas de frutos e de vegetais em Portugal, Angola, Moçambique e África francófona.



Nota: Visão e Winning Aspiration atuais e aprovadas pela Administração no documento D0001 revisão 9 de 25 de setembro de 2017

2. SUMOL+COMPAL

2.3 As nossas Partes Interessadas e Compromissos



Nota: Partes Interessadas e Compromissos da SUMOL+COMPAL atuais e aprovadas pela Administração no documento D0001 revisão 9 de 25 de setembro de 2017

2. SUMOL+COMPAL

2.4 Os Nossos Valores

RESULTADOS

Trabalhamos orientados para resultados, estabelecemos metas e esforçamo-nos para as alcançar. Somos proativos, orientados para a ação.

PAIXÃO e AMBIÇÃO

Adoramos o nosso negócio, as nossas marcas, aquilo que fazemos, estamos comprometidos com a SUMOL+COMPAL. Queremos fazer cada vez melhor, melhoramos continuamente, pensamos positivamente.

INOVAÇÃO

Fazemos diferente e melhor. Assumimos riscos. Somos empreendedores.

EQUIPA

Gostamos de trabalhar em equipa, a coesão potencia o desempenho, alcançamos resultados melhores quando trabalhamos em equipa.



INTEGRIDADE

Respeitamos as pessoas, cumprimos os compromissos e as regras. Tudo aquilo que fazemos, fazemos com integridade.

Nota: Valores da SUMOL+COMPAL atuais e aprovadas pela Administração no documento D0001 revisão 9 de 25 de setembro de 2017

2. SUMOL+COMPAL

2.5 Unidade Industrial de Pombal

Está localizada na Zona Industrial da Formiga, concelho de Pombal, distrito de Leiria.

É responsável pela produção das marcas Sumol, Seven UP, Pepsi, Lipton Ice Tea e Guaraná Antarctica.

Pontualmente, ocorrem ainda outras produções por solicitação de clientes.

Em 2017 o volume de produção de refrigerantes foi de 138 milhões de litros/ano.

Certificados: Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ao abrigo da Norma ISO 9001, Sistema de Segurança Alimentar segundo o referencial BRC (*British Retail Consortium*), Certificação do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com as especificações da Norma ISO 14001 e Registo EMAS III para a produção de bebidas.

Para além das referidas certificações, esta unidade Industrial possui ainda as certificações Kosher e HALAL para os produtos Sumol e Guaraná, AIB para os produtos Sumol, Pepsi e Lipton produzidos em 2017.



2. SUMOL+COMPAL

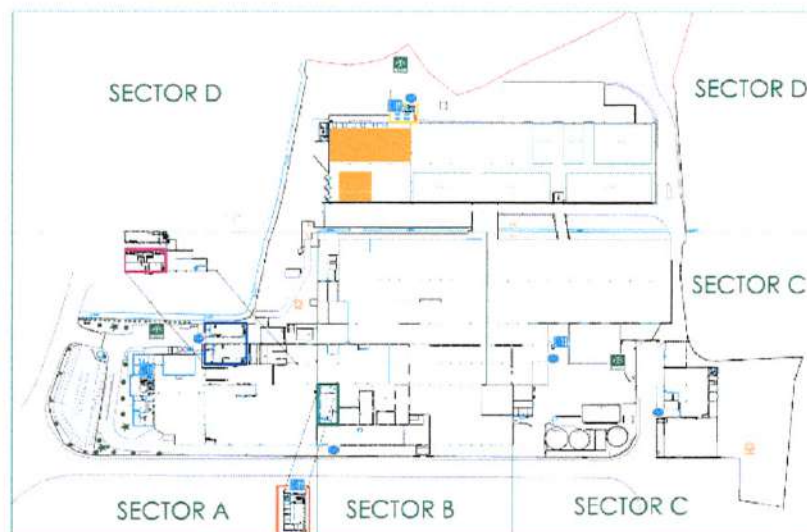


O lote, propriedade da SUMOL+COMPAL, S.A., tem uma área total de 67.916 m², e no mesmo local funcionam a SUMOL+COMPAL Marcas, S.A. e a IBEROALPLA, fornecedor *in-house* responsável pela produção das garrafas de PET utilizadas no enchimento dos produtos fabricados.

A empresa SUMOL+COMPAL Marcas, S.A. é responsável pela produção, armazéns e distribuição.

A Zona Industrial da Formiga caracteriza-se por uma forte envolvente industrial, com unidades do sector da madeira, têxtil, metalomecânica, cerâmica, borracha e agroindustrial, entre outras.

Nas confrontações da área de localização desta unidade industrial encontra-se uma subestação da EDP e a ribeira do Degolaço, afluente do Rio Arunca.



2. SUMOL+COMPAL

No âmbito do exercício da sua atividade, a S+Cm - Unidade Industrial de Pombal (código NACE REV.2 – 11.07) dispõe de Licença de Exploração Industrial nº 4 de 2011 e de Licença Ambiental - LA nº 324/1.0/2011 de 2 de setembro.

A 26 de janeiro de 2015, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emitiu o 1º aditamento à LA com a alteração do âmbito das atividades económicas desenvolvidas:

Atividade económica	Classificação da atividade	Capacidade Instalada
Principal	CAE REV.3 – 11072 Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólica, n.e.	1.374 toneladas por dia

O 1º aditamento da LA foi emitido no decorrer da alteração comunicada pela S+Cm — Unidade Industrial de Pombal relativamente à cessação da produção de cerveja, com a consequente alteração de layout, processo produtivo e capacidade de produção instalada.

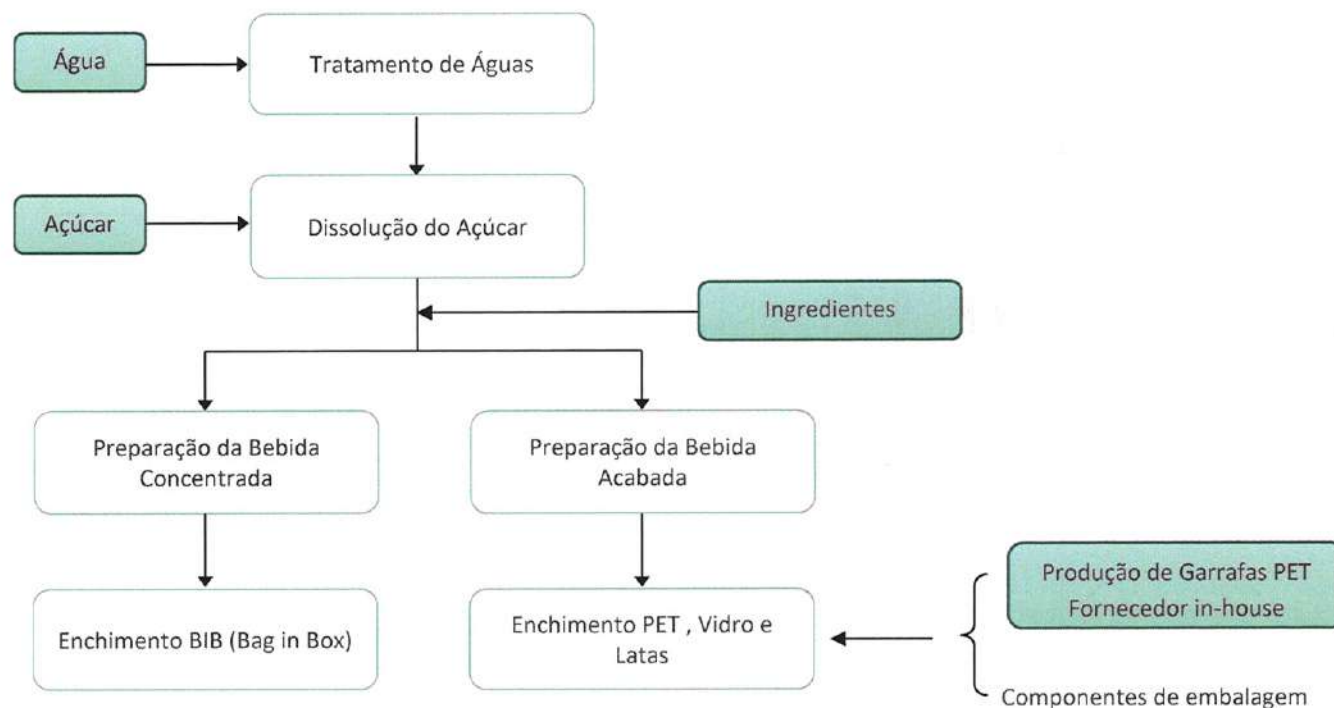
O IAPMEI, na qualidade de entidade coordenadora de licenciamento (ECL), sobre esta alteração proferiu uma mera comunicação prévia; o Título de Exploração Industrial será revisto no âmbito da próxima vistoria de reexame /acompanhamento a propor pela ECL.

A S+Cm — Unidade Industrial de Pombal na sua atividade produtiva conta com 163 colaboradores (final de 2017).

O regime de laboração pode variar ao longo do ano decorrente de fatores como a sazonalidade, condições climáticas, campanhas promocionais, bem como condicionantes logísticas. A laboração decorre num regime de 3 turnos de 8 horas cada e 5 + 1 (em períodos de pico) dias por semana. Para os colaboradores a desempenhar funções de natureza administrativa o período normal de trabalho semanal é de 39 horas e 5 dias por semana.

2. SUMOL+COMPAL

O processo de fabrico de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas é representado em esquema:



As matérias-primas utilizadas são essencialmente: água, açúcar, matérias-primas de fruta e extratos vegetais, reguladores de acidez e dióxido de carbono. A água tem origem em captações subterrâneas e na rede pública, sendo sujeita a um tratamento prévio, para lhe conferir as características de qualidade necessárias à produção das bebidas.

2. SUMOL+COMPAL

A produção de bebidas inicia-se com a dissolução do açúcar, depois procede-se à preparação de bebida concentrada, que consiste na mistura dos ingredientes de acordo com o procedimento de formulação.



Após a adição dos ingredientes, a bebida concentrada fica em agitação de modo a homogeneizar a mistura. Após estar concluída a preparação da bebida concentrada, realiza-se a preparação da bebida acabada a encher nas linhas de enchimento.



Seguidamente a bebida acabada é encaminhada para as diversas Linhas de enchimento e embalagem de garrafas PET, Latas, Vidro Tara Perdida ou Retornável e enchimento de *Bag in Box*.



SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

03



3. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

3.1 Política Ambiental

A SUMOL+COMPAL assume o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente através da implementação de ações que permitam ter atividades ambientalmente responsáveis. Reforçando a adoção de sólidos compromissos de sustentabilidade, a SUMOL+COMPAL subscreveu, em novembro de 2017, a Carta de Princípios do BCSD Portugal.

A Política Ambiental foi revista e publicada em 21/09/2017 (revisão 2) e em 23/03/2018 (revisão 3), no âmbito do processo de transição para a NP EN ISO 14001:2015

- + Cumprir as obrigações de conformidade aplicáveis à organização;
- + Integrar as preocupações ambientais e de proteção da natureza nos processos de gestão, fomentando melhorias sistemáticas em termos de eco-eficiência;
- + Minimizar os impactes ambientais significativos associados às nossas atividades, otimizando os consumos de água e de energia e prevenindo a poluição e protegendo a biodiversidade e os ecossistemas, em particular no que respeita às emissões poluentes e produção de resíduos;
- + Definir e rever sistematicamente objetivos e iniciativas de melhoria de desempenho ambiental, acompanhando as alterações ao contexto da organização, no âmbito de ciclos de planeamento periódicos. Implementar e manter indicadores de desempenho fiáveis que permita realizar um acompanhamento dos objetivos, reportando anualmente a evolução de um painel de indicadores;
- + Sensibilizar os colaboradores e as restantes partes interessadas, de forma a melhorar os comportamentos individuais e coletivos ambientalmente adequados, promovendo o desenvolvimento de competências nesta temática;
- + Privilegiar as relações com fornecedores de produtos e serviços que tenham comportamentos e práticas ambientalmente responsáveis;
- + Manter esta Política atualizada e divulgada junto das partes interessadas.

A Política Ambiental, em conjunto com o Código de Conduta, a Política da Qualidade e Segurança Alimentar e a Política de Segurança no Trabalho são divulgadas internamente em painéis informativos e estão disponíveis para consulta na intranet da SUMOL+COMPAL.



3. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

3.2 Modelo de Gestão

A SUMOL+COMPAL adotou um **modelo de gestão por processos**, o seu desenho foi revisto e publicado em 19 de janeiro 2018 (revisão 12). A SUMOL+COMPAL considera essencial a integração de todos os requisitos económicos, sociais e ambientais das várias partes interessadas num modelo único e integrado: Sistema Integrado de Gestão (SIG).



3. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

No SIG estão desenhados macroprocessos (MP), estes desdobram-se em processos que, no seu conjunto refletem as atividades desenvolvidas, respetivos inputs e outputs e as relações entre si:



Estes Processos permitem enquadrar todas as atividades e recursos relevantes no sistema integrado, gerir os processos da organização e, em particular, as interações entre processos, de modo a considerar todas as perspetivas (partes interessadas) presentes.

O Macroprocesso Instalações, Ambiente e Segurança, MP-IAS, é uma peça chave no alcance e promoção do desempenho ambiental da SUMOL + COMPAL, nomeadamente da unidade fabril de Pombal, apoiando esta unidade ao nível do controlo operacional e gestão de emergências.

Em 2017, concretizou-se a revisão da estrutura funcional da qual resultou a nova designação das áreas, mais concretamente Ambiente e Segurança (AS) e Instalações, Energia e Projetos Industriais (IEP).

O Macroprocesso MP-MS, Gestão da Melhoria, Risco, Ocorrências e Crises, tem um papel preciso na avaliação dos aspetos ambientais, nos cenários de emergência e capacidade de resposta e no estabelecimento de objetivos e metas, que são definidos com o enquadramento do Macroprocesso de Planeamento e Controlo de Desempenho, MP-PC, no âmbito do ciclo de planeamento.

Outros Macroprocessos participam diretamente na vertente ambiental, nomeadamente o MP- PE Pessoas, MP- COM Comunicação e o MP-SUS Sustentabilidade.

Ao longo do ano 2017, o SGA foi revisto no sentido de acompanhar a transição para a nova versão da norma ISO 14001 (ISO14001:2015) e para a sua adaptação ao Regulamento (UE) 2017/1505 de 28 de agosto de 2017 (que altera I, II e III do EMAS III).

3. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

3.3 COMUNICAÇÃO

Na SUMOL+COMPAL a comunicação reveste-se de grande importância, quer na sua vertente externa, quer na interna.

A vertente interna da comunicação assenta num amplo conjunto de ferramentas e iniciativas (revista +Frescas e outros meios), que permitem fazer chegar a todos os colaboradores as mesmas mensagens, o fomento da criação de uma equipa una, com valores, comportamentos e práticas transversais. É-lhes dado conhecimento do desenvolvimento do negócio do qual fazem parte e participam.



... “+FRESCAS” + Grupos de Trabalho + Painel de Comunicação



Na vertente externa, a SUMOL+COMPAL quer estar alinhada com as expectativas da sociedade, criando sinergias positivas ao longo da cadeia de valor, contribuindo positivamente para o progresso social das comunidades em que se insere.



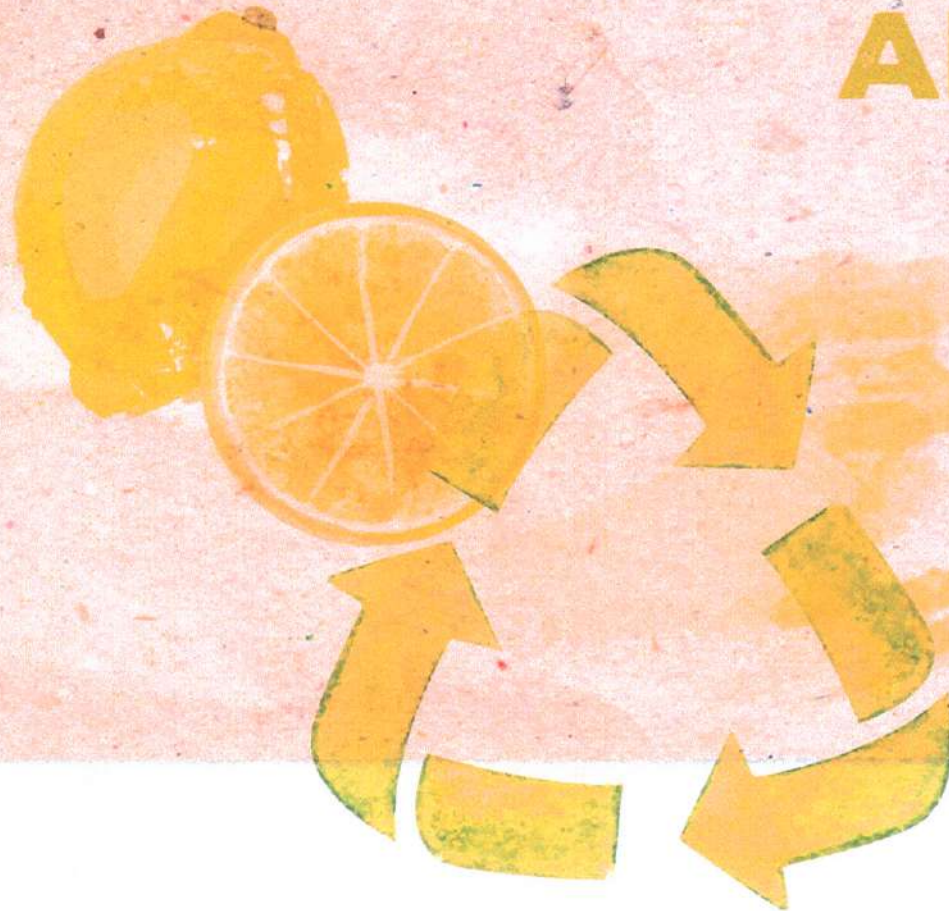
“Espaço Interativo Sumol”



Nas últimas edições do Sumol Summer Fest realizou-se o cálculo da pegada de carbono do festival: a SUMOL+COMPAL através de uma parceria com o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) e com a Tapada Nacional de Mafra, irá assim ajudar na preservação da fauna e flora deste santuário de Biodiversidade no concelho de Mafra, tornando as próximas edições do Sumol Summer Fest um evento neutro em carbono, e assegurando assim o seu legado para um Futuro mais Sustentável.

ASPETOS E IMPACTES AMBIENTAIS

04



4. ASPETOS E IMPACTES AMBIENTAIS

No Sistema Integrado de Gestão (SIG), o Macroprocesso MP-MS, Gestão da Melhoria, Risco, Ocorrências e Crises, promove a identificação sistemática dos aspetos ambientais (AA) associados às atividades da SUMOL+COMPAL, Marcas, S+Cm, e a avaliação dos respetivos impactes inerentes a essas atividades.

O Processo D0022 (classificação de probabilidade/frequência e gravidade/severidade de ocorrências, emergências e crises e Critérios de Risco/Significância) foi revisto (rev.11) e publicada a sua última versão a 18/04/2018.

Na identificação e avaliação dos aspetos ambientais, para além dos AA com origem na produção, passaram também a ser considerados os AA relevantes numa Perspetiva do Ciclo de Vida (CV), que tem em conta as atividades que estão sob controlo direto da S+Cm (aspetos ambientais controláveis), e também os aspetos considerados confinantes, que resultam de atividades realizadas por outras empresas que a S+Cm apenas pode influenciar (os ambientais influenciáveis). A Avaliação de riscos e oportunidades ambientais considera, para cada aspeto ambiental constante na matriz, a possibilidade de este poder constituir um risco ou uma oportunidade para S+Cm, dando-lhe o seguimento adequado.

A avaliação da significância tem por base os critérios de avaliação de risco, gravidade das consequências e probabilidade de ocorrência da situação de risco, isto é, o impacte ambiental. A abordagem é feita por atividades atuais (A), futuras (F) ou passadas (P) e por tipo de operação normal (N), ocasional (O) ou de Emergência (E).

Pontuação	Categoria para a Probabilidade/Frequência
1	Rara
2	Esporádica
3	Ocasional
4	Repetida
5	Constante

Os aspetos **classificados com A** têm definido **Objetivos e Metas** para melhoria do desempenho, a par do controlo operacional.

Pontuação	Categoria para a Gravidade
1	Reduzida
2	Moderada
4	Importante
8	Elevada
16	Catastrófica

Classificação dos Aspetos Ambientais	Tipo	Valor	Classificação
A SIGNIFICÂNCIA é o resultado do produto da Probabilidade / Frequência pela Gravidade	A	> 16	Significativo Intolerável
	B	> 6 e ≤ 16	Significativo Moderado
	C	≥ 6	Não Significativo Tolerável

Os aspetos **classificados com B** são alvo de **controlo operacional**, podendo facultativamente ser fixados objetivos e metas.

4. ASPETOS E IMPACTES AMBIENTAIS

Em 2017 foi revista a metodologia de identificação dos aspetos ambientais e a avaliação da sua significância, introduzindo o conceito de perspectiva de Ciclo de Vida (CV). Identificaram-se 5 fases potenciais: Fase 1 – Origem dos materiais; Fase 2 – Transporte do local de produção à S+Cm; Fase 3 – Produção / utilização na S+Cm; Fase 4 – Transporte dos produtos acabados e transporte de resíduos; Fase 5 – Uso dos produtos pelos clientes, e destino dos resíduos gerados na S+Cm.

	Aspeto Ambiental – para S+C	Impacte Ambiental	Significância
Fase 3 - produção / utilização na S+Cm	Consumo de energia elétrica e combustíveis fósseis	Redução de Recursos Naturais	A
	Efluentes líquidos (inclui inícios e finais de enchimento, lubrificantes de transportadores, derrames de químicos, fugas da lavadora de garrafas)	Contaminação de solos e águas Contaminação de aquíferos	A
	Consumo de água	Redução de Recursos Naturais	A
	Emissões gasosas (funcionamento de caldeira, gases fluorados, substâncias que destroem a camada de ozono, viaturas)	Degradação da qualidade do ar	B
	Águas de escorrência de combate a incêndios	Contaminação de solos e águas	B
	Derrame de reagentes/químicos em situação de emergência	Contaminação de solos e águas	B
	Emissões gasosas em caso de incêndio (fumos)	Degradação da qualidade do ar	B
	Resíduos perigosos (como por exemplo, embalagens contaminadas com ou contendo produtos químicos, tintas e solventes lâmpadas, pilhas e baterias, filtros de óleo, tinteiros, resíduos dos filtros dos compressores e da rede de ar comprimido, areia contaminada por derrame, material elétrico, eletrónico, equipamento informático fora uso)	Contaminação de solos e águas, Ocupação de solo, Degradação da saúde pública,	C
	Resíduos não perigosos (como por exemplo, materiais de embalagem, vidro, paletes, limalhas e sucata, material e mobiliário de escritório, resíduos sólidos urbanos)	Contaminação de solos e águas , Ocupação de Solo	C
	Efluentes líquidos (decorrentes de situação de emergência)	Contaminação de solos e águas	C

Considerando a perspectiva do ciclo de vida, para além dos aspetos ambientais que a S+Cm — Unidade Industrial de Pombal consegue controlar, foram identificados e avaliados os aspetos ambientais e seus impactes ambientais associados, passíveis de serem influenciados pela organização:

	Aspeto Ambiental – Influenciado	Impacte Ambiental	Significância
Fases 1	Matérias-Primas (açúcar)	Consumo de recursos naturais, energia, agroquímicos e uso dos solos	A
	Matérias-Primas (polpas/concentrados de fruta e concentrados congelados) e outros (químicos)	Consumo de recursos naturais, energia, agroquímicos e uso dos solos	B
	Materiais de embalagem	Consumo de Recursos Naturais, energia, emissões, efluentes, resíduos	B
Fase 2	Matérias-Primas (polpas/concentrados de fruta e concentrados congelados)	Emissões e consumo de combustíveis decorrente do transporte de polpas/concentrados de fruta	A
	Matérias-Primas e outros (açúcar, químicos, embalagens)	Emissões e consumo de combustíveis decorrente do transporte de açúcar, químicos e embalagens	B
Fase 4	Produto Acabado (Refrigerante/Néctares)	Emissões e consumo de combustíveis decorrente do transporte de refrigerantes e néctares	A
	Resíduos produzidos	Emissões e consumo de combustíveis decorrente do transporte / saída de resíduos	B
Fase 5	Produto Acabado (Refrigerantes)	Embalagens vazias resultantes do uso no cliente	B
	Tratamento Resíduos perigosos e não perigosos nos OGRs	Impactes resultantes do tratamento de resíduos perigosos nos OGRs gerados na fase 3	B
	Resíduos produzidos no cliente	Impactes resultantes do tratamento de resíduos de embalagem após uso no cliente	B

REQUISITOS LEGAIS AMBIENTAIS

05



5. REQUISITOS LEGAIS AMBIENTAIS

A identificação das obrigações de conformidade, designadamente os requisitos legais em matéria de ambiente e outros requisitos aplicáveis associados a licenças e/ou autorizações administrativas, são parte integrante do Sistema de Gestão Ambiental da S+Cm — Unidade Industrial de Pombal.




O Processo Gestão de Legislação e Normalização suporta a metodologia de identificação, registo e comunicação desses requisitos e apoia na análise da sua relação com os aspetos ambientais e atividades da S+Cm — Unidade Industrial de Pombal.




A Avaliação de Conformidade Legal é realizada periodicamente pela S+Cm — Unidade Industrial de Pombal e anualmente com recurso a entidades externas. A auditoria de verificação de requisitos legais ambientais, com enfoque no ano 2017, foi realizada a 26 fevereiro de 2018, resultando em duas constatações que ficaram resolvidas de imediato.



No âmbito da monitorização dos aspetos ambientais, particularmente Consumo de Água, Emissões Gasosas, Efluentes Líquidos, os resultados de 2017 confirmam a conformidade com os limites aplicáveis, estabelecidos na LA n.º 324/1.0/2011 e na legislação:

- Consumo de Água: todos os furos captaram um valor inferior ao máximo permitido pela Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos;
- Emissões Atmosféricas: o autocontrolo realizado revela que as concentrações dos parâmetros medidos são inferiores aos VLE aplicáveis e os seus caudais mássicos são inferiores ao limiar mássico mínimo, permitindo a aplicação do regime trienal; indica também a conformidade com o estabelecido para os parâmetros de escoamento, nomeadamente no que concerne à velocidade dos gases;
- Rejeição de Água / Efluentes Líquidos: realizada respeitando o Acordo de Descarga assinado com a Câmara Municipal de Pombal.

A legislação ambiental é uma componente **FORTE** na gestão dos aspetos ambientais da S+Cm — Unidade Industrial de Pombal, designadamente dos aspetos ambientais significativos. Apresenta-se nesta Declaração uma síntese da principal legislação com relevância para o controlo desses aspetos ambientais.

Descritor Aspeto Ambiental	Diploma	Cumprimento dos Requisitos
<p>Água</p> <p>Consumo de água</p> 	<p>Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro, Estabelece a titularidade dos recursos hídricos;</p> <p>Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, Aprova a Lei da Água e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água;</p> <p>Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;</p> <p>Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro, Regulamenta o regime de utilização dos recursos hídricos, designadamente os pedidos de título de utilização de recursos hídricos;</p> <p>Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, Estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2017 de 3 de maio);</p> <p>Despacho n.º 484/2009, de 8 de janeiro, Aplicação da taxa de recursos hídricos (TRH);</p> <p>Despacho n.º 14872/2009, de 2 de julho, Normas para a utilização dos recursos hídricos;</p> <p>Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano (alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro);</p> <p>Outros requisitos aplicáveis: LA n.º 324/1.0/2011 de 02/09 e 1º Aditamento de 26/01/2015</p>	<p>Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para captação de água subterrânea, para todas as captações existentes (parte integrante da LA);</p> <p>Monitorização periódica dos consumos de água, por captação e por origem;</p> <p>Comunicação periódica à autoridade competente de volumes extraídos por captação, quer para efeitos de cumprimento dos requisitos da Autorização de Utilização de Recursos Hídricos, quer para efeito de aplicação da Taxa de Recursos Hídricos;</p> <p>Implementação e execução de um plano de controlo da qualidade da água de consumo humano.</p>
<p>Água</p> <p>Efluentes Líquidos</p> 	<p>Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, Estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade da água (parcialmente em vigor, incluindo a referência à necessidade de VMA para descarga coletor);</p> <p>Outros requisitos aplicáveis decorrem da Licença Ambiental LA n.º 324/1.0/2011 de 02/09 e da Autorização Camarária para Lançamento de Águas Residuais no Coletor Municipal do Município de Pombal.</p>	<p>Execução de programa de amostragens e caracterização das águas residuais descarregadas no coletor municipal;</p> <p>Monitorização dos volumes descarregados em coletor e sua comunicação à Câmara Municipal de Pombal (CMP).</p> <p>Obtenção, por parte da CMP, de acordo e modelo de tarifário a aplicar à descarga de efluentes, com pedido de renovação anual.</p>
<p>Ruído</p> <p>Emissão de Ruído</p> 	<p>Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de Novembro, Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior;</p> <p>Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora (DL 292/2000 de 14/11);</p> <p>Declaração de Retificação n.º 18/2007 de 16 de Março, Retifica o Decreto-Lei n.º 9/2007, que aprova o Regulamento Geral do Ruído, no que respeita ao prazo para acreditação das entidades que realizem ensaios acústicos e medições acústicas.</p> <p>Outros requisitos aplicáveis: LA n.º 324/1.0/2011 de 02/09 e 1º Aditamento de 26/01/2015</p>	<p>Monitorização de ruído para o exterior, sem qualquer identificação de situações de incumprimento (2012).</p> <p>Planeamento de nova medição de ruído para o exterior quando aplicável em concordância com requisito da LA.</p>

Descrito Aspeto Ambiental	Diploma	Cumprimento dos Requisitos
<p>Energia</p> <p>Consumo de energia elétrica e combustíveis fósseis</p> 	<p>Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de Abril, Estabelece o do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) por empresas e instalações consumidoras intensivas;</p> <p>Despacho n.º 17313/2008, de 26 de Junho, Fatores de conversão a aplicar para efeitos do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE);</p> <p>Lei n.º 7/2013 de 22 de Janeiro, Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia (PREn) e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito SGCIE;</p> <p>Decreto-Lei n.º 68-A/2015 de 30 de Abril, Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2012, relativa à eficiência energética.</p>	<p>Registo da Unidade Fabril de Pombal na plataforma online do SGCIE e da DGEG;</p> <p>Realização da auditoria energética à Unidade Fabril de Pombal (ano referência 2015), elaboração do PREn 2015 a 2020 com respetiva aprovação (ARCE);</p> <p>Registo periódico e observação dos consumos dos diferentes tipos de energia, na plataforma Contabilidade Energética online da unidade fabril, dos dados para controlo SGCIE.</p>
<p>Emissões Atmosféricas</p> <p>Camada de ozono</p> <p>Gases fluorados com efeito de estufa</p> 	<p>Decreto-Lei n.º 35/2008, de 28 de Fevereiro, altera e republica o DL n.º 152/2005 de 31 de agosto, regula a aplicação na ordem jurídica interna o regulamento europeu relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS);</p> <p>Decreto-Lei n.º 85/2014 de 27 de maio, assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16/09/2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono;</p> <p>Regulamento (CE) n.º 1005/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS);</p> <p>Decreto-Lei n.º 145/2017 de 30 de novembro, Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa (GFE);</p> <p>Regulamento (UE) n.º 517/2014 de 16 de abril de 2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa e que revoga o Regulamento (CE) n.º 842/2006 de 17/05.</p>	<p>Identificação e listagem dos equipamentos de refrigeração existentes, com indicação de local, equipamento, marca, modelo, nº série, tipo de fluido refrigeração e carga;</p> <p>Realização das intervenções requeridas por técnico qualificado, com registo na respetiva ficha de intervenção;</p> <p>Deteção periódica de fugas em equipamentos com uma carga de fluido superior a 5 ton. CO2, por técnico qualificado e com registo na respetiva ficha de intervenção;</p> <p>Comunicação de dados à APA, de acordo com o artigo 5º do DL 145/2017.</p>
<p>Emissões Gasosas</p> 	<p>Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril, Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera;</p> <p>Portaria 263/2005, de 17 de março, Fixa a metodologia de cálculo da altura de chaminés;</p> <p>Portaria n.º 80/2006, de 23 de janeiro, Fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos;</p> <p>Portaria n.º 677/2009, 23 de junho, Fixa os valores limite de emissão (VLE) aplicáveis às instalações de combustão abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004 de 03/04;</p> <p>Portaria n.º 675/2009, 23 de junho, Fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004 de 03/04;</p> <p>Outros requisitos aplicáveis decorrem da Licença Ambiental n.º 324/1.0/2011 de 02/09.</p>	<p>Identificação das fontes de emissão pontual, características das atividades associadas e cumprimento dos aspetos construtivos das chaminés (LA);</p> <p>Monitorização das emissões gasosas por entidade externa acreditada e no regime monitorização aplicável;</p> <p>Comunicação de resultados da monitorização à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (LA: prazo de 60 dias e informações do anexo II).</p>

Descritor Aspeto Ambiental	Diploma	Cumprimento dos Requisitos
<p>Resíduos</p> <p>Resíduos perigosos e não perigosos</p> 	<p>Decreto-Lei N.º 73/2011, de 17 de junho, altera e republica o DL 178/2006, de 5 de setembro e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos;</p> <p>Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de setembro, aprova o regime geral da gestão de resíduos;</p> <p>Portaria n.º 289/2015 de 17 de setembro, Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma e revoga a Portaria n.º 1408/2006 de 18/12;</p> <p>Portaria n.º 1023/2006, de 20 de setembro, define os elementos que devem acompanhar o pedido de licenciamento das operações de armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos;</p> <p>Decisão 2014/955/UE de 18 de dezembro de 2014, que publica a Lista Europeia de Resíduos (LER), e altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho;</p> <p>Decreto-Lei n.º 145/2008, de 28 de julho, altera o Decreto-Lei n.º 239/2003, de 4 de outubro que estabelece o regime jurídico do contrato de transporte rodoviário nacional de mercadorias;</p> <p>Portaria n.º 145/2017 de 26 de abril, define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).</p> <p>Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11 de dezembro, unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, aplicável Embalagens e Resíduos de Embalagens, Óleos e óleos usados, Pneus e Pneus usados, Equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, Pilhas e acumuladores e resíduos de pilhas e acumuladores, Veículos e veículos em fim de vida.</p> <p>Outros requisitos aplicáveis decorrem da Licença Ambiental n.º 324/1.0/2011 de 02/09</p>	<p>Registo da Unidade Fabril de Pombal na plataforma SILiAmb - Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente</p> <p>Quantificação periódica dos resíduos produzidos, com a respetiva comunicação anual através do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR);</p> <p>Classificação dos resíduos gerados por tipologia, com atribuição do respetivo código LER;</p> <p>Segregação dos resíduos na origem, acondicionamento apropriado, e encaminhamento com transportadores licenciados e para operadores de gestão de resíduos autorizados para os códigos LER atribuídos.</p> <p>Utilização das guias de acompanhamento de resíduos e a partir de 01/01/2018, das e-GAR nos respetivos transportes, com a confirmação da receção do resíduo no destinatário.</p> <p>Submissão da declaração das embalagens colocadas no mercado nacional, ao abrigo do contrato com a Sociedade Ponto Verde.</p> <p>Registo na plataforma SILiAmb como embalador e como produtor de equipamentos elétricos e eletrónicos.</p> <p>Preenchimentos das declarações anuais (real 2017 e estimativa 2018) relativas aos fluxos específicos aplicáveis.</p>
<p>Responsabilidade por Danos Ambientais</p> <p>Situações de Emergência</p> 	<p>Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho, Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais;</p> <p>Outros requisitos aplicáveis decorrem da Licença Ambiental n.º 324/1.0/2011 de 02/09</p>	<p>Constituição de garantia financeira por subscrição de uma apólice de seguro adequada à atividade desenvolvida.</p> <p>Existência de procedimento de comunicação às autoridades (APA, IGAMAOT, ECL) de ocorrência de uma situação de (potencial) emergência.</p>



DESEMPENHO AMBIENTAL

06



6. DESEMPENHO AMBIENTAL

6.1 Introdução

Em 2017 a S+Cm — Unidade Industrial de Pombal prosseguiu a consolidação das boas práticas ambientais, não só reforçando a implementação da sua Política de Gestão Ambiental, como também, acompanhando o desenvolvimento dos descritores/aspetos ambientais, respetivo enquadramento legal e o desempenho dos seus processos e atividades.

A unidade industrial de Pombal exerce uma gestão ambiental assente num rigoroso cumprimento das obrigações de conformidade aplicáveis à organização, na ampla identificação dos aspetos ambientais significativos e na definição de um controlo operacional adequado. Procede à definição de objetivos ambientais e ao planeamento das ações para os atingir.

Este capítulo reflete, de uma forma clara e no formato de indicadores, o Desempenho Ambiental da S+Cm — Unidade Industrial de Pombal, reportando-se informação relativa ao período compreendido entre 2014 e 2017. O cálculo dos indicadores apresentados, teve como base os seguintes valores de produção de produto acabado (PA):

Ano	2014	2015	2016	2017
Produção (ton PA)	193.262	166.896	134.407	138.090

Divulgam-se indicadores de Desempenho Ambiental em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento EMAS III, designados por indicadores principais e relativos aos seguintes domínios chave: resíduos, emissões, biodiversidade e eficiência dos materiais. Apresentam-se ainda outros indicadores de desempenho, que no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), estão diretamente relacionados com os objetivos e metas estabelecidos, nomeadamente eficiência energética (consumo de energia), água (consumo de água) e efluentes líquidos.

Complementarmente foi consultada a Decisão (UE) 2017/1508 de 28 de agosto de 2017 relativa ao documento de referência sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor do fabrico de produtos alimentares e bebidas.

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

6.2 Indicadores Ambientais

A ÁGUA é um recurso natural fundamental para a fabricação de refrigerantes, de outras bebidas não alcoólicas, tendo uma relação relevante com o nível de atividade da SUMOL+COMPAL Marcas S.A. — Unidade Industrial de Pombal.

O consumo de água provém de captações subterrâneas próprias (nove furos) e da rede pública de abastecimento. Nos dados apresentados não se inclui a água consumida pelo fornecedor *in-house* (IBEROALPA).



Em 2017 a origem da água utilizada distribuiu-se em 99,5% proveniente das captações e 0,5% da rede pública, registando em ambos os casos, uma diminuição do volume comparativamente aos anos anteriores.

Face a 2016, a redução do consumo total de água foi de 9,2% e no consumo específico verifica-se um decréscimo de 11%.

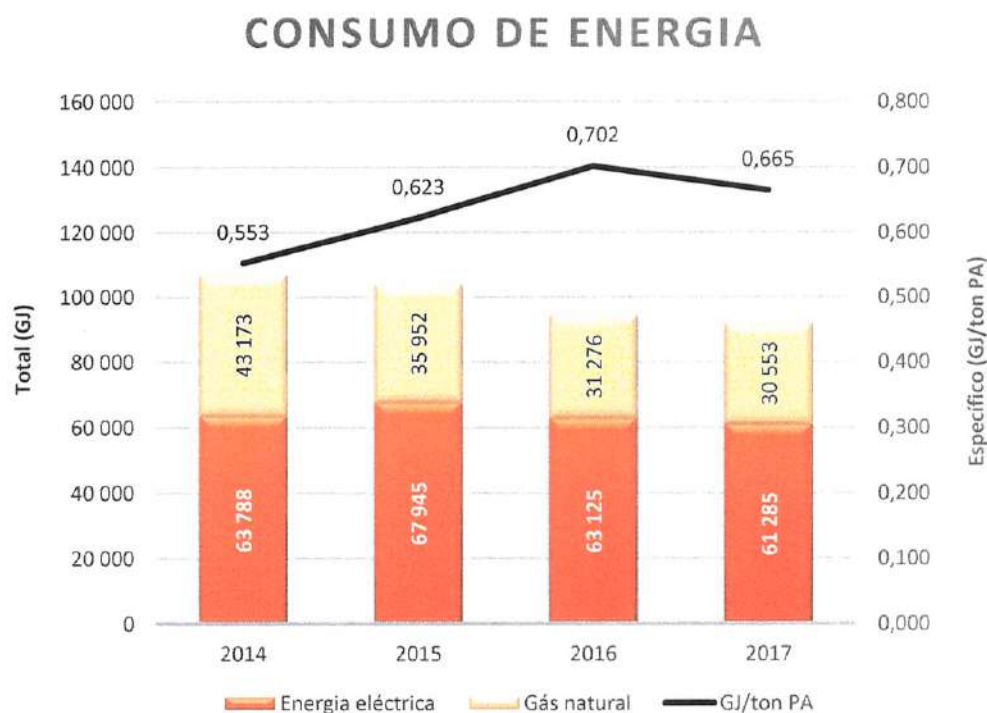
Em 2017 registou-se um aumento de 2,7% na produção, uma inversão da tendência relativa ao tamanho dos lotes produzidos, fabricando-se lotes maiores com a consequente otimização do número de higienizações e, por inerência, do consumo de água do processo.

De salientar o facto do valor do consumo específico de água ter-se mantido abaixo dos valores de referência setoriais: *Water consumption* 6-14 m³/m³ – *Soft and alcoholic drinks* (Tabela 3.9, página 193 do BREF FOM, *Reference Document on Best Available Techniques in the food, drink and milk industries*, 08-2006).

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

A S+Cm — Unidade Industrial de Pombal é uma instalação consumidora intensiva de **ENERGIA** registando em 2017 um consumo global de 2.193 tep.

Em 2017 mantém-se o Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE): o Plano de Racionalização de Consumos de Energia (PREn), elaborado e comunicado à autoridade competente (DGEG) no âmbito da nova auditoria energética realizada em 2015, foi aprovado em 2016 pela DGEG. Com a sua aprovação, o PREn tomou a designação de Acordo de Racionalização de Consumo de Energia (ARCE) e tem aplicação por um período compreendido entre 2015 e 2020.



Comparativamente com o ano 2016, observa-se uma diminuição no consumo global de energia (2,7%) e um decréscimo do consumo específico (5,3%).

As variações referidas resultam maioritariamente do acréscimo da produção (2,7%), do aumento do lote médio em fabrico o que diminui os consumos de vapor e energia elétrica pela redução do número de higienizações, do prosseguimento do plano de melhoria da eficiência energética, incluindo a crescente preocupação dos colaboradores com a energia.

A S+Cm — Unidade Industrial de Pombal segue uma atuação focada na eficiência energética, numa perspetiva da melhoria contínua e da otimização dos seus processos e atividades.

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

Para os **EFLUENTES LÍQUIDOS** a SUMOL+COMPAL Marcas, S.A. celebrou com a Câmara Municipal de Pombal um acordo de descarga do efluente no coletor municipal, tendo o mesmo sido renovado em 2017 por um período de 1 ano.

A Câmara Municipal de Pombal (entidade gestora de distribuição de água e tratamento de águas residuais domésticas e industriais) compromete-se a receber e tratar o efluente descarregado pela S+Cm – Unidade Industrial de Pombal, com a aplicação de uma taxa nos termos fixados no acordo. A S+Cm- Unidade Industrial de Pombal cumpre um plano de monitorização emitido pela CM Pombal .

Em 2017, o volume total de efluente líquido industrial descarregado no coletor municipal foi de 123 701m³, o que corresponde a um rácio de 0,90 m³/ton PA.

Para o CQO, um dos parâmetros monitorizado no efluente, também considerado como aspeto ambiental significativo, o gráfico seguinte mostra a evolução da carga orgânica do efluente, CQO – Kg por tonelada produzida, constatando-se a inversão da sua tendência motivada pela subida da produção, pela aumento do tamanho médio dos lotes produzidos e pela diminuição das higienizações.



6. DESEMPENHO AMBIENTAL

6.3 Objetivos e Metas

Apresentam-se os objetivos e metas estabelecidos para o ano 2017 e respectivos resultados alcançados.

Objetivos	Metas	Desempenho / Resultado
Aumento 2,13% do consumo específico de água em Pombal face ao real de 2016 (2,12)	2,17 m ³ Água/ ton. PA	1,89 m ³ água / ton. PA
Aumento 3,44% do consumo específico de energia em Pombal face ao real de 2016 (0,0168)	0,0174 TEP / ton. PA	0,0159 TEP / ton. PA
Manter o valor da emissão específica de CQO em Pombal face ao real de 2016 (2,00)	2,00 Kg /ton. PA	1,56 Kg / ton. PA

A S+Cm — Unidade Industrial de Pombal alcançou com sucesso as metas estabelecidas em todos os objetivos traçados, registrando reduções de 12,9% no consumo específico de água, de 8,7% no consumo específico de energia e de 21,9% na emissão em águas residuais (carga CQO).

O painel de indicadores é continuamente observado, os resultados analisados e dados a conhecer internamente no propósito de promover um acompanhamento efetivo das iniciativas em curso assim como notar o efeito prático das mesmas.

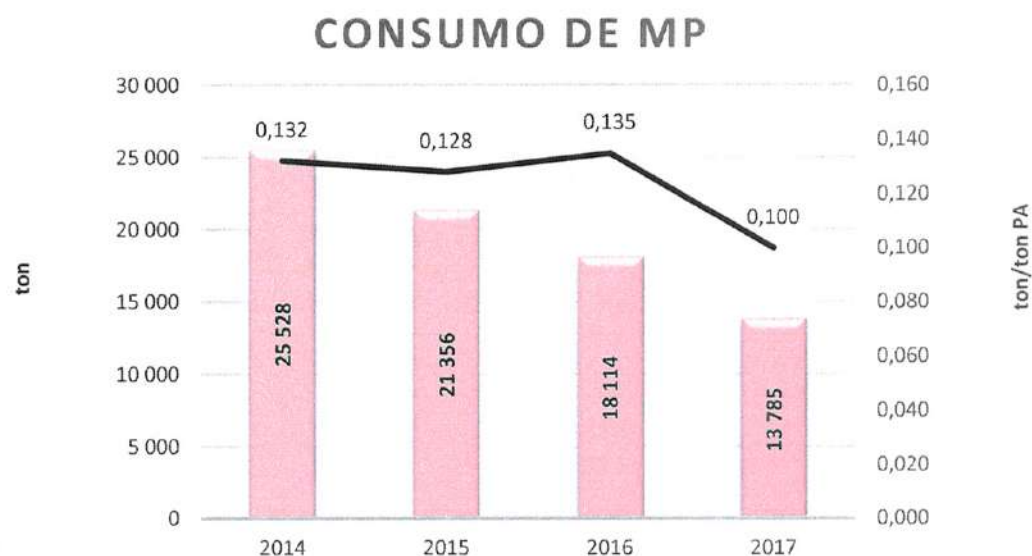
6. DESEMPENHO AMBIENTAL

6.4 Outros Indicadores principais de Desempenho

A **EFICIÊNCIA DOS MATERIAIS** evidencia uma utilização racional de recursos e traduz-se na otimização dos custos, sendo a monitorização, controlo e atuação sobre a sua utilização uma ferramenta de relevância na Unidade industrial de Pombal.

Os gráficos e os resultados a seguir apresentados, evidenciam o desempenho da S+Cm — Unidade Industrial de Pombal, mantendo-se uma tendência decrescente para ambos os indicadores calculados.

No cálculo deste indicador foram consideradas as principais matérias-primas (MP): açúcar, isoglucose, dióxido de carbono, matérias-primas de fruta, ácido cítrico e ácido ascórbico.



Ano	ton. MP	ton. MP/ton. PA
2014	25 528	0,132
2015	21 356	0,128
2016	18 114	0,135
2017	13 785	0,100

Com a introdução do novo Imposto Especial de Consumo (IABA), a gestão da marca SUMOL focou-se em torno dos seus principais eixos estratégicos e dos sabores, sendo de assinalar a reformulação dos sabores Laranja e Ananás, com a redução do teor de açúcar adicionado, aproximando a marca das preocupações de consumidores e entidades públicas.

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

No cálculo deste indicador foram considerados os principais materiais de embalagem (ME): garrafas de vidro e de plástico, latas e embalagens de cartão laminado.



Ano	ton. ME	ton. ME/ton. PA
2014	13 038	0,067
2015	10 665	0,064
2016	8 779	0,065
2017	8 336	0,062

BIODIVERSIDADE

A área de implantação da S+Cm — Unidade Industrial de Pombal é de 43.907m², refletindo uma ocupação de 0,3180 m²/ton de Produto Acabado. Observa-se um aumento da produção de bebidas e, sendo a área uma constante, nota-se por consequência uma diminuição deste indicador.

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

A gestão de **RESÍDUOS INDUSTRIAIS** tem uma forte componente operacional envolvendo a segregação dos resíduos na origem, acondicionamento adequado, com o encaminhamento por transportadores licenciados e para operadores de gestão de resíduos devidamente autorizados para os códigos LER atribuídos.



Em 2017 a quantidade global de resíduos industriais e o correspondente indicador específico (tonelada de resíduos/tonelada de produto acabado) diminuíram face ao ano anterior, decorrente do aumento da produção (2,7%) e da própria descida da quantidade de resíduos gerados na atividade.

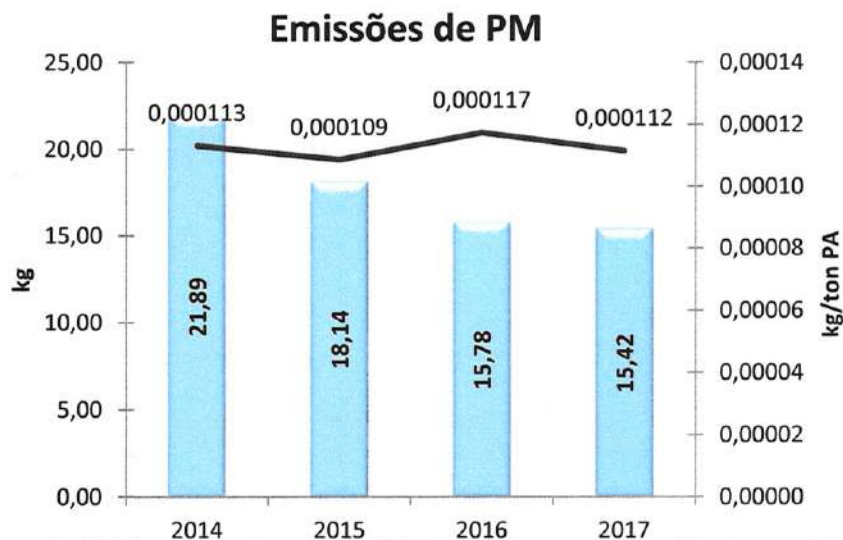
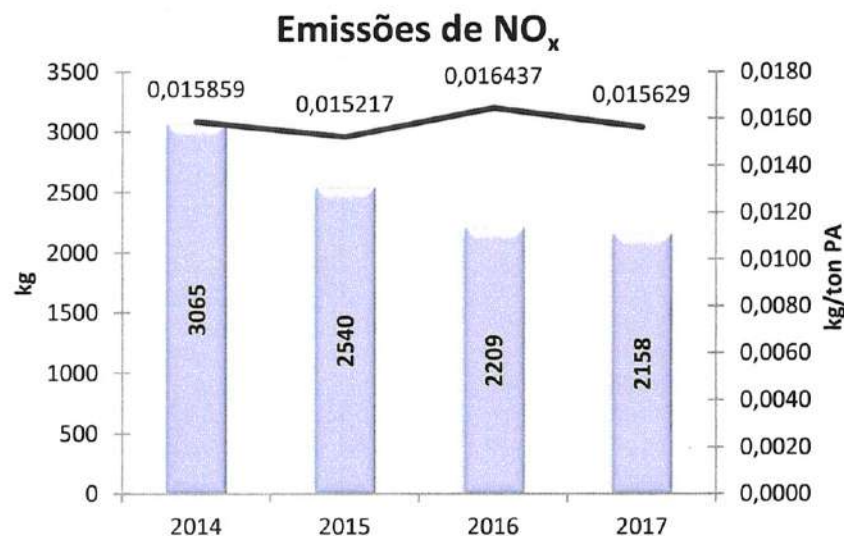
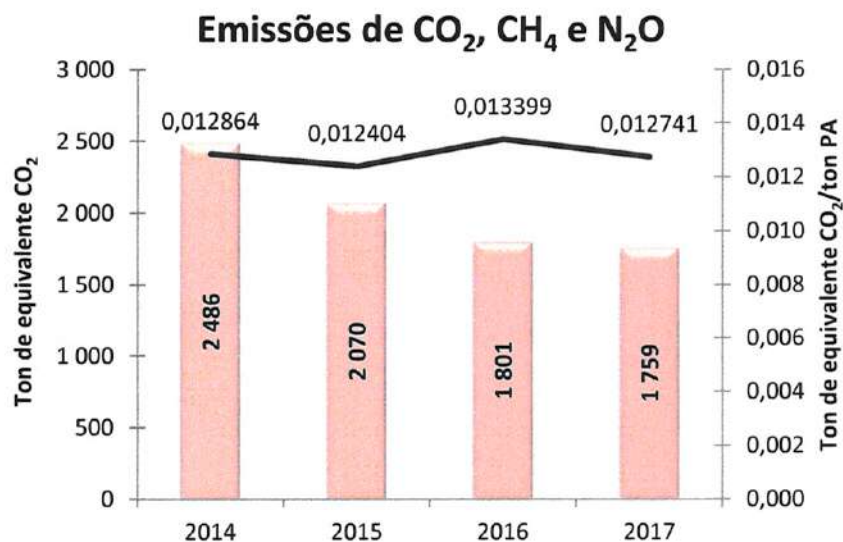
Do total de resíduos produzidos e encaminhados para destino final, 97,6% têm uma operação de valorização associada (R) e 2,4% têm como destino uma operação de eliminação (D).

P / NP	Código LER	Designação LER	Toneladas anuais	Operação de gestão
NP	02 07 04	Materiais impróprios para consumo ou processamento	514,640	R3
NP	02 07 05	Lamas de tratamento local de efluente	4,140	R12
P	06 01 06*	Outros ácidos	2,977	D15
P	08 01 11*	Resíduos de tintas e vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	0,367	D15
P	08 01 17*	Resíduos da remoção de tintas e vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	0,037	D15
P	08 03 12*	Resíduos tintas impressão contendo substâncias perigosas.	0,008	D15
P	08 04 09*	Resíduos de colas ou vedantes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	0,044	D15
P	14 06 03*	Outros solventes e misturas de solventes	0,280	R13
NP	15 01 01	Embalagens de papel e cartão	86,880	R13
NP	15 01 02	Embalagens de plástico	126,010	R13
NP	15 01 03	Embalagens de madeira	78,640	R12 / R13
NP	15 01 04	Embalagens de metal	243,834	R4 / R13
NP	15 01 07	Embalagens de vidro	176,794	R13
P	15 01 10*	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	0,180	0,120
P	15 01 11 *	Embalagens de metal incluindo recipientes sob pressão com matriz porosa sólida perigosa (aerossóis vazios)	0,044	D15

P / NP	Código LER	Designação LER	Toneladas anuais	Operação de gestão
P	15 02 02*	Absorventes, materiais filtrantes, contendo substâncias perigosas	0,786	D15
NP	15 02 03	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02	0,241	R13
P	16 01 07 *	Filtros de óleo	0,059	D15
P	16 01 21*	Componentes perigosos não abrangidos em 16 01 07 a 16 01 11, 16 01 13 a 16 01 14	0,718	D15
P	16 02 11*	Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos HCF, HFC	0,267	D15
NP	16 02 13	Equipamento fora de uso contendo componentes perigosos e não abrangidos em 16 02 09 a 16 02 12	0,117	R12
NP	16 02 14	Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13	1,129	R13
NP	16 02 16	Componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15	0,349	R12
P	16 05 06 *	Produtos químicos de laboratório contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório.	0,040	D15
P	16 06 01*	Acumuladores de chumbo	0,092	R12
P	18 01 03*	Resíduos cujas recolhas e eliminação estão sujeitos a requisitos especiais tendo em vista a prevenção de infeções	0,039	D9/D15
NP	19 09 04	Carvão ativado usado	20,851	D15
P	20 01 21 *	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo Mercúrio	0,018	R12
NP	20 01 40	Metais	13,236	R12/R13
NP	20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	65,880	R13/D15

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

As emissões de gases com efeito estufa são evidenciadas nos gráficos seguintes:



Na determinação das emissões de gases com efeito estufa considerou-se a metodologia PRTR, tendo sido aplicados os últimos valores publicados pela APA relativos ao PCI, FE e FOx do gás natural (GN). A conversão de CH₄ e NO₂ para toneladas equivalente de CO₂, teve por base os coeficientes de potencial efeito estufa.

A emissão de SO₂ é tida como desprezável na medida em que o combustível utilizado é GN, com uma emissão de SO₂ nula.

Observa-se uma diminuição das emissões específicas de gases com efeito estufa, resultante da redução do consumo de GN em 2017 e de uma maior eficiência energética dado que a produção regista um aumento 2,7% em 2017.

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

6.5 Balanço Ambiental

O esquema seguinte sumariza o **BALANÇO AMBIENTAL** de 2017 da S+Cm — Unidade Industrial de Pombal, fazendo corresponder os principais *inputs* (matérias-primas, materiais de embalagem, energia e água) aos *outputs* da atividade (emissões, efluentes líquidos e resíduos) numa base de produção de 1 tonelada de produto acabado:



6. DESEMPENHO AMBIENTAL

6.6 Objetivos Ambientais para 2018

No ciclo de planeamento de 2018 os objetivos e metas traçados para os aspetos ambientais significativos são indicados no macroprocesso MP-IAS 2018, são alvo de um acompanhamento atento e são continuamente divulgados aos colaboradores.

Objetivos	Metas	Iniciativas
Redução de 5,5% do consumo específico de água em Pombal face ao objetivo de 2017 (2,17)	2,05 m ³ Água/ ton. PA	Sensibilização / Formação
Redução de 5,2% do consumo específico de energia em Pombal face ao objetivo de 2017 (0,0174)	0,0165 tep/ton PA	Instalação de equipamentos LED na iluminação de serviço das linhas vidro; Implementação de Isolamentos térmicos diversos; Redução de perdas na rede de ar comprimido.
Reduzir 5% do valor o valor da emissão específica de CQO em Pombal face ao objetivo de 2017 (2,00)	1,90 Kg /ton. PA	Aumento da capacidade retenção do efluente; Pesquisa e estudo de soluções complementares à EPTAR para diminuição da carga CQO



É da nossa natureza deixar um legado sustentável para as gerações futuras, que sirva igualmente de homenagem àqueles que antes de nós, com o seu trabalho, contribuíram para que aqui pudéssemos ter chegado hoje.

ABREVIATURAS E GLOSSÁRIO

07



7. ABREVIATURAS E GLOSSÁRIO

AIB	Referencial Americano para Certificação de programas de pré- requisitos e Segurança Alimentar
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARCE	Acordo de Racionalização de Consumo Energia
Aspeto Ambiental	Elemento das actividades, produtos ou serviços de uma organização, que tem ou pode ter um impacto no ambiente.
BREF FDM	Em inglês, "Reference Document on Best Available Techniques in the food, drink and milk industries". A sigla BREF deriva do Inglês, "Best Available Technologies (BAT) REference documents" e aplica-se a documentos (produzidos) por um painel Europeu de especialistas que inclui peritos indicados pelos vários estados membros, por representantes da indústria europeia e das Organizações Não Governamentais de Ambiente com o objetivo de definir as Melhores Técnicas Disponíveis para os vários sectores de atividade abrangidos pelo regime da prevenção e controlo integrados da poluição.
CAE _{REV.3}	Classificação das Atividades Económicas, revisão 3
CH ₄	Metano
CO ₂	Dióxido de carbono
CMP	Câmara Municipal de Pombal
Desempenho Ambiental	O resultado mensurável da gestão por uma organização dos seus aspetos ambientais.
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
EDP	Eletricidade de Portugal
EMAS	Designação Inglesa de "Environmental Management and Audit Scheme", "Eco Management and Audit Scheme" ou, em Português, Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria. Instrumento voluntário dirigido às empresas que pretendem promover a melhoria contínua do seu desempenho ambiental mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, a avaliação sistemática, objetiva e periódica do desempenho de tais sistemas, a comunicação de informações sobre o desempenho ambiental e um diálogo aberto com o público e com outras partes interessadas, bem como a participação ativa do pessoal das organizações e a sua formação adequada.
EMAS III	Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações num Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 de 19 de Março. Regulamento (UE) 2017/1505 de 28 de agosto de 2017
ETAR	Estação de tratamento de águas residuais
FE	Fator de emissão (valor publicado pela APA a 13/12/2013 para determinação das emissões de CO ₂ e por combustível)
Fox	Fator Oxidação (valor publicado pela APA a 13/12/2013 para determinação das emissões de CO ₂ e por combustível)
GJ	Gigajoule
GN	Gás natural
IABA	Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas incidente sobre as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes.
IAPMEI	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

Impacte ambiental	Qualquer alteração do ambiente, adversa ou benéfica, total ou parcialmente resultante das atividades, produtos ou serviços de uma organização.
LA	Licença Ambiental
LER	Lista Europeia de Resíduos
MP	Matéria-Prima
ME	Material de embalagem
MIRR	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
NACE Rev.2	Nomenclatura estatística das atividades económicas na Comunidade Europeia, Revisão 2, estabelecida pelo Regulamento (CE) n.º 1893/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006.
N ₂ O	Óxido Nitroso
NOx	Óxido de azoto
PA	Produto acabado
PCI	Poder Calorífico Inferior (valor publicado pela APA a 13/12/2013 para determinação das emissões de CO e por combustível)
PET	Politereftalato de etileno: tipo de plástico usado na produção de garrafas; terminologia usada para identificar as garrafas produzidas com esse tipo de plástico
PM	Partículas
Poluição	Introdução no meio ambiente de qualquer matéria ou energia que venha a alterar as propriedades desse meio
PREn	Plano de Racionalização de Consumos de Energia
PRTR	<i>Pollutant Release and Transfer Register</i> - Registo Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes
REP	Relatório de Execução e Progresso
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SILIAmb	Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (Plataforma eletrónica da APA)
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGCIE	Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia
SO ₂	Dióxido de enxofre
TEP	Unidade de medida de energia, que expressa as várias formas de energia em tonelada equivalente de petróleo
TRH	Taxa de Recursos Hídricos
VLE	Valor Limite de Emissão
VMA	Valor Máximo Admissível

CONTACTOS

08



8. CONTACTOS

A presente Declaração Ambiental é **FRUTO** do trabalho e dedicação de uma equipa fortemente empenhada na melhoria do Desempenho Ambiental da SUMOL+COMPAL, Marcas S.A, Unidade Industrial de Pombal.

A Declaração Ambiental validada por verificador ambiental acreditado é divulgada no website e na intranet da empresa, bem como no website da APA / EMAS.



sumol+compal

Ambiente e Segurança

ambiente@sumolcompal.pt

Telefone: 214 243 500

DECLARAÇÃO DO VERIFICADOR

09



9. DECLARAÇÃO DO VERIFICADOR AMBIENTAL SOBRE AS ACTIVIDADES DE VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO

A EIC - Empresa Internacional de Certificação, S.A. com o número de registo de verificador ambiental EMAS nº PT-V-0006, acreditado para o âmbito: Produção de bebidas na Fábrica de Pombal (código NACE 11.07), tal como indicado na declaração ambiental atualizada da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A. – Unidade Fabril de Pombal, com o número de registo PT – 000082, cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505, de 28 de agosto, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declaro que:

—a verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação;

—o resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;

—os dados e informações contidos na declaração ambiental atualizada do local de atividade refletem uma imagem fiável, credível e correta de todas as atividades da organização, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público.

Feito em Lisboa, em 14/06/2018

O Verificador Ambiental


EIC - Empresa Internacional de Certificação, S.A.
Contribuinte nº 504 893 325
Rua do Tombo Português, nº 8, 2.º - Escritório 10
1750-292 LISBOA
Tel: 21 422 06 40 - Fax: 21 422 06 49

SUMOL+COMPAL - MARGAS, S.A.
Nº ÚNICO DE MATRÍCULA E PESSOA COLECTIVA 505 042 037
CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS
CAPITAL SOCIAL: 40.000.000,00€
SEDE: RUA DR. ANTÓNIO JOÃO EUSÉBIO, 24. 2790-179 CARNAXIDE
TEL. (+351) 214 243 500
FAX (+351) 212 487 765



sumol+compal

É da nossa natureza.



Cor